

**REUNIÃO
DO
EXECUTIVO**

**MANDATO 2013-2017
ATA N.º 18
DE 12-08-2016**

ATA N.º 18
Mandato 2013-2017

Data da reunião extraordinária: 12-08-2016

Local da reunião: Sala das reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 10:00 horas

Términus da reunião: 10:30 horas

Resumo diário da tesouraria: 11/08/2016.....4.755.683,93 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

Vereadores: António José da Piedade do Carmo

Susana Cristina Coelho da Silva Pita Soares

Celso Ricardo Pimenta Braz

Luís Manuel Sousa Farinha

Otília Margarida Jacinta Torres

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes

Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes

Filipe José Duarte Madeira

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Coordenadora Técnica

Faltas justificadas: Ricardo Jorge Figueiredo Segurado e Paula Alexandra Machado de Sousa Canavarro (substituídos nos termos da Lei)

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ATA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram dez horas, começando por saudar os eleitos Sérgio Martins Esteves Cardoso e Filipe José Duarte Madeira, presentes nesta reunião, em substituição dos senhores Vereadores Ricardo Jorge Figueiredo Segurado e Paula Alexandra Machado de Sousa Canavarro, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro.-----

--- A seguir, nos termos do número quatro, do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro/dois mil e quinze, de sete de janeiro, perguntou aos senhores Vereadores se já tinham tomado conhecimento da ata da reunião realizada em um do corrente mês, oportunamente distribuída e porque todos responderam afirmativamente foi submetida seguidamente a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

--- Nos termos do número três do artigo trinta e quatro do mesmo diploma legal, não participaram na aprovação da referida ata, os senhores Vereadores Celso Brás, Francisco Madeira Lopes e Inês Barroso por não terem estado presentes na respetiva reunião.-----

--- Seguidamente, deu início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:-----

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **ALTERAÇÃO NÚMERO DEZ AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**-----

--- Pela **Divisão Financeira** foram presentes, as seguintes propostas de modificação, nos termos do número três do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro:-----

--- **Um - No Orçamento** (despesa) – número dez, que totalizou tanto nos REFORÇOS como nas ANULAÇÕES a importância de duzentos e quarenta e cinco mil e cinquenta e um euros.-----

--- **Dois - Nas Grandes Opções do Plano** – número dez, a dotação total, nas Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e em Outras Funções importam no valor

global de quatro milhões trezentos e trinta e cinco mil trezentos e sete euros, financiamento que ficará definido.-----

--- O senhor Presidente submeteu a votação os documentos apresentados, que aqui se dão como reproduzidos, ficando anexos à presente ata (Documento I), dela fazendo parte integrante, tendo a Câmara deliberado, por maioria, com abstenções dos senhores vereadores António Carmo, Otilia Torres, Celso Braz, Filipe Madeira e Francisco Madeira Lopes, e votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores Susana Pita Soares, Luís Farinha e Inês Barroso aprovar as modificações propostas, nos termos do disposto no número três do artigo trinta e cinco, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. -----

--- **PROPOSTA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA REALIZAÇÃO OBRAS EM ASSOCIAÇÕES CULTURAIS** -----

--- Pelo **Serviço Municipal de Cultura e Turismo** foi presente a informação número oitenta e um, de quinze do mês findo, que a seguir se transcreve: -----

--- “Relativamente ao assunto referenciado em epígrafe e considerando que as referidas Associações: -----

--- Um. Ao longo dos últimos anos, têm implementado uma dinâmica cultural em prol da preservação das tradições e do desenvolvimento das respetivas comunidades locais, através de inúmeros eventos, projetos e atividades do foro cultural, recreativo e educativo; -----

--- Dois. Correspondendo às necessidades de requalificação das suas sedes, impostas pela degradação ao longo dos anos, manifestaram ao Município de Santarém a imprescindibilidade de efetivação de obras em algumas áreas dos espaços das suas sedes, para permitir a melhoria das suas capacidades de acolhimento em segurança, de conforto e sobretudo de acessibilidade; -----

--- Três. Apresentaram e obtiveram aprovação de candidaturas a Fundos Nacionais, nomeadamente através do PRODOR – Programa de Desenvolvimento Rural, correspondendo essa aprovação à comparticipação de uma percentagem da verba total das obras; -----

--- Quatro. Já realizaram as obras e tiveram de suportar a restante percentagem da verba total dos respetivos orçamentos (que apresentaram e que refletem os custos das intervenções nos espaços), conforme se descreve: -----

--- **Associação Recreativa e Cultural de Alcanede** – Obra já realizada: na área do palco e bastidores, melhorando as capacidades de acústica, iluminação, arrumos, acessibilidade e conforto – custo total de mil seiscentos e setenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos (com Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído). -----

--- **Associação Popular de Alcanhões** – Obra já realizada: substituição de cobertura do telhado, execução de novo palco e colocação de novo pavimento, reboco e reparação das paredes interiores para posterior pintura, reparação e colocação de novas portas e janelas, reparação das instalações sanitárias existentes e criação de uma instalação sanitária adicional para pessoas com mobilidade reduzida – custo total de vinte e oito mil e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos (com Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído), e Obra a realizar: pintura interior do edifício, reposição da instalação elétrica e melhoramento das redes de águas existentes, arranjo interior e pavimentação do primeiro andar/balcão e arranjo interior da zona de bar/cozinha de apoio aos eventos.-----

--- **Associação Recreativa Melhoramentos de Santos** – substituição de telhado para proteção do edifício, substituição de peitos e soleiras para janela do salão, substituição de janelas por outras de alumínio para melhoria térmica do edifício, substituição da rede elétrica e iluminação do salão para cumprimento legal – custo total de vinte e oito mil e oitenta e oito euros e sessenta e um cêntimos (com Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído). -----

--- **Centro Cultural e Recreativo Arneirense** – reformulação da rede gás e remodelação de cozinha, bar e wc adjacente para cumprimento legal, substituição de portas interiores, aproveitamento de uma zona devoluta para dispensa – custo total de cento e trinta mil seiscentos e seis euros e cinquenta e nove cêntimos (com Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído). -----

--- **Sociedade de Recreio e Educativa da Romeira** – reformulação da rede de águas, esgotos, pluviais, bem como da rede de gás para cumprimento legal, obras no edifício

para a sua estabilidade, projeto segurança contra risco de incêndio para a sua proteção, projeto de comportamento térmico, obras de melhoria da acústica para as atividades – custo total de cento e vinte mil euros. -----

--- Face ao exposto e no cumprimento de indicação superior perante os valores apresentados, propõe-se a V. Exa.: -----

--- Um. A atribuição de um apoio financeiro no valor de cinco mil euros a cada uma das referidas Associações Culturais, nomeadamente à Associação Popular de Alcanhões, à Associação Recreativa de Melhoramentos de Santos, ao Centro Cultural e Recreativo Arneirense e à Sociedade de Recreio e Educativa da Romeira, assegurando-se que é respeitado o disposto na alínea u) do número um do artigo trinta e três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, bem como todos os procedimentos legais para a assunção de novo compromisso; -----

--- Dois. A atribuição de um apoio financeiro no valor de mil euros à Associação Recreativa e Cultural de Alcanede, assegurando-se que é respeitado o disposto na alínea u) do número um do artigo trinta e três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, bem como todos os procedimentos legais para a assunção de novo compromisso; -----

--- Três. Uma visita/vistoria às instalações da sede de cada Associação Cultural, pelo DTGT, para avaliação e parecer técnico sobre as obras realizadas, bem como para recolha de documentação das mesmas (fotográfica e de projeto).” -----

--- O **senhor Presidente** informou que, para além das associações para as quais se propõem agora apoios, estão a ser avaliadas situações semelhantes de outras associações para poderem também beneficiar de apoios e algumas destas provavelmente vão ter ainda um reforço em anos futuros. -----

--- O **senhor Vereador António Carmo** disse que o Partido Socialista vota favoravelmente, afirmando que não faria sentido votar contra considerando que os valores são muito baixos, mas para as Associações é dinheiro que vai custear as despesas que já tiveram, constituindo um alívio financeiro para o seu orçamento. Referiu, contudo, que na perspetiva do seu partido há alguma incoerência na atribuição destes

subsídios salientando que se se considerar uma distribuição relativamente ao que foi o custo de cada obra destaca-se que, por exemplo, para a Associação Recreativa e Cultural de Alcanede a atribuição dos mil euros é superior a cinquenta por cento do custo da obra, retirando o Imposto sobre o Valor Acrescentado, o que é de facto um subsídio significativo e, portanto, a Associação custeou muito pouco. -----

--- Prosseguiu declarando que as autarquias têm que ter um papel fundamental no apoio ao associativismo, quer cultural quer desportivo realçando que muitas destas associações têm equipamentos e, neste caso sedes, em edifícios que são antigos, que necessitam de conservação, reparação e melhoramentos, sublinhando que estas associações não têm fins lucrativos e vivem anualmente com uma receita muito curta e portanto o apoio é sempre bem-vindo pelo que faz sentido que os apoios sejam muito significativos. -----

--- Avaliando Alcanhões e Santos verifica que se está a falar de intervenções na ordem dos vinte e oito mil euros, com Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído e portanto, na sua opinião a atribuição dos cinco mil euros é um valor também bastante razoável, um apoio que se justifica e com o qual concorda. -----

--- Quando analisa o Centro Cultural e Recreativo Arneirense e a Sociedade de Recreio e Educativa da Romeira, face aos valores que estão em causa, acima dos cem mil euros, apesar de terem candidaturas do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural e, portanto, terem recebido algum apoio, considera que os cinco mil euros é um valor que fica muito aquém das expectativas dos dirigentes destas duas associações. -----

--- Defendeu que na atribuição de verbas ao associativismo tem que haver alguma coerência, salientando que os regulamentos também ajudam a que haja coerência porque, quando se atribui sem estes assuntos estarem regulamentados corre-se o risco de haver alguma subjetividade nos valores que são referidos. -----

--- Recordou que, em dois mil e catorze, houve reuniões e houve a promessa, já do senhor Presidente, de atribuir cinco mil euros por ano, o que significaria que se estaria hoje a falar de quinze mil euros, portanto questionou se até ao final deste ano está prevista a atribuição de algum outro valor ou se tem reservado para o próximo ano alguma verba para apoio a estas obras pois sabendo que de facto houve candidaturas do

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural os valores ou a atribuição desses dois subsídios que resultaram das candidaturas fica mesmo assim muito aquém do custo da obra.-----

--- O senhor **Vereador Francisco Madeira Lopes** afirmou que a Coligação Democrática Unitária também não se vai opor à concessão destes subsídios, quer porque os valores não são exorbitantes, quer porque, obviamente, está dentro das competências e das obrigações do Município apoiar as coletividades que prestam serviços de reconhecido interesse público, quer do ponto de vista cultural quer do ponto de vista desportivo, quer muitas vezes do ponto de vista educacional e de ocupação dos tempos livres pelo que está a favor desses apoios.-----

--- Por outro lado, há outra dimensão, que tem sido falada desde o início deste mandato, perante compromissos que tinham sido, nalguns casos, assumidos anteriormente, às vezes de forma pouco clara, e que foi dito que se tentariam honrar tais compromissos e pagar.-----

--- Sublinhou que o Vereador António Carmo colocou dúvidas na igualdade na repartição dos apoios relativamente às associações acrescentando que poderia alargar o panorama fora desta proposta em concreto. Pensa que interessaria possivelmente perceber, pelo menos desde o início do mandato, e o ideal seria, eventualmente nos últimos três mandatos, perceber de que maneira é que foram distribuídos estes apoios e se há uma repartição minimamente equitativa, com critérios objetivos, transparentes, e se há justiça perante a generalidade das coletividades. Sublinhou que essa é, do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária a maior preocupação, mas que não será resolvida com esta proposta em concreto, resolver-se-ia com um relatório, mais concreto, que explicasse que associações receberam ao longo dos mandatos do Partido Social Democrata apoios, e que compromissos foram assumidos e que ainda resta liquidar até final do mandato.-----

--- O **senhor Presidente** salientou que qualquer presidente ou vereador gostaria de dar muito mais. Recordou que no início deste ano havia no orçamento uma verba de cerca de vinte e cinco mil euros para apoio a associações. Esclareceu que o critério foi atribuir

apoio às associações que tinham feito obras, algumas com candidaturas, acha que isso é perceptível dentro do que está hoje em apreciação na reunião do executivo. -----

--- Quanto à questão dos valores clarificou que Alcanede não recebe cinco mil euros porque era uma obra de mil e seiscentos, assim atribuem-se mil euros. Os restantes têm fundos que conseguiram por via do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, alguns sessenta por cento outros sessenta e cinco por cento. Salientou que relativamente a Santos e Arneiro das Milhariças não havia pedidos, foi a autarquia que informou que tinha verba para apoio. Referiu que algumas das entidades já tinham verbas próprias quando fizeram a candidatura e salientou que, atualmente, antes de um processo de candidatura estar decidido têm que ser apresentadas as fontes de financiamento do restante.-----

--- Esclareceu que, no âmbito de candidaturas, sempre que possível, a autarquia emite um documento em como está disponível para ajudar, designadamente tem sido feito frequentemente com instituições particulares de solidariedade social e com as juntas de freguesia, porque muitas vezes isso valoriza a candidatura e quando é tomada a decisão os gestores dos programas veem que do ponto de vista dos fundos próprios que são necessários há entidades que ajudam. -----

--- Relativamente à Romeira houve uma decisão da coletividade de fazer duas obras através do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural com participações mais baixas do que era usual, o Presidente nessa data disse que ajudava e o município irá manter esse compromisso. -----

--- Salientou que, do ponto de vista da equidade, tem sido utilizado o argumento de que uma vez se pagou a uma coletividade a substituição de um telhado e, portanto, tem que se pagar sempre, mas, destacou, essa substituição resultou de ter nevado em Santarém e o telhado de uma coletividade em Albergaria de Almoester ter caído. Na ocasião o Município de Santarém substituiu-se à coletividade porque esta teve um prejuízo grande e não tinha verba, portanto, foi uma situação um pouco diferente do que fazer obra nova ou requalificações, portanto, o argumento utilizado de que já foi feito uma vez, foi sim, mas foi uma condição exógena. -----

--- Disse que o Município de Santarém, do ponto de vista financeiro, vai lançar um processo de substituição da dívida, estando em negociação com a banca na tentativa de baixar a taxa de juro, libertando mais meios financeiros, não só para continuar a abater a dívida, mas também para poder ir ao encontro das pretensões, não só dos munícipes, mas também das associações, das juntas de freguesia, dos clubes. Estes são apoios que, com o orçamento para dois mil me dezassete, se espera poder vir a ajudar mais entidades, e algumas das que estão englobadas nesta proposta, provavelmente noutros moldes. -----

--- O senhor **António Carmo** voltou a intervir referindo que, deixou de haver durante o mandato do Partido Social Democrata atribuição efetiva de subsídio e, portanto, houve dirigentes que certamente passaram pelas associações sem terem recebido qualquer apoio da autarquia. Algumas destas associações têm hoje novos dirigentes conhecedores da história recente deste concelho e do afastamento de subsídios por parte da autarquia e, naturalmente, que qualquer valor, por mais pequeno que seja, é bem-vindo. -----

--- Se as associações estão vários anos sem receber apoio, quando estava definido que a autarquia deveria transferir verbas, naturalmente que a possibilidade de receberem é extraordinária e é importante, por muito pouco que seja e, portanto, ainda bem que foi repostos. Mas isso não significa que o esforço não tenha que ser maior por parte da autarquia porque quando o senhor Presidente fala do apoio que foi recebido por parte, designadamente, da Romeira e também do Arneiro através da candidatura que fizeram, é um apoio importante, mas há uma parte significativa que tem que sair do orçamento das associações. Afirmou ser aí que o problema surge porque uma coisa é uma pequena intervenção outra coisa é o edifício colocar em causa a vida das pessoas e, nesses casos, a intervenção tem que ser de fundo o que torna o valor muito maior. Realçou que se está a falar de uma intervenção superior a duzentos mil euros questionando como é que esta coletividade conseguiria fazer uma obra daquela dimensão se não tivesse o apoio destas candidaturas, deste financiamento? Concorde que foi muito importante, mas continua a haver uma fatia muito significativa, cerca de sessenta a setenta mil euros, que para estas coletividades de freguesias rurais é muito dinheiro. É para essa sensibilidade que apela, os cinco mil euros são de facto um apoio muito pequeno e por isso é que questiona se

está no próximo ano a reservar verba para a Romeira. -----

--- O **senhor Presidente** disse já ter respondido a esta questão e frisou que, para além disso há sempre outras situações. A título de exemplo referiu que Alcanede vai necessitar de fazer outras obras, assim como a Moçarria vai começar também uma obra. Clarificou que muitas vezes as coletividades partem para estas obras porque conseguem durante dois, três anos, ter festas que correm muito bem, juntam trinta ou quarenta mil euros, e com esse dinheiro sentem-se confiantes para fazer uma obra maior contando também com o apoio da Câmara e apresentando uma candidatura.-----

--- Informou que estão a ser efetuadas reuniões para ajudar nestes e noutros casos que venham a fazer obra. Recordou que se está a um mês de começar o orçamento e, portanto, já se tem esse levantamento mais ou menos feito, não estando, no entanto, fechado.-----

--- Realçou que embora existam dificuldades financeiras conseguem-se estes apoios e sublinhou que no caso das juntas de freguesia, atualmente a autarquia mantém um compromisso que, pela primeira vez, é sempre consequente, as delegações de competências são pagas rigorosamente. -----

--- Admite que tanto na parte cultural como na parte desportiva, não se concedem verbas como outrora, mas as que se concedem são pagas a tempo enquanto anteriormente prometiam-se coisas que muitas vezes se pagavam dez anos depois o que trazia muitos problemas às coletividades, aos clubes às associações, às juntas de freguesia durante esses anos. Na sua opinião a seriedade e a clareza com o que se pode dar também é algo que a todos deve satisfazer enquanto membros do executivo.-----

--- Disse já ter tido oportunidade de comentar com as juntas de freguesia que o Município de Santarém, na delegação de competências transfere um milhão e cem mil euros por ano, recordando que quando foi presidente da junta as transferências chegavam a estar seis e sete meses em atraso e esse dinheiro estava na Câmara, que se ia servindo, causando problemas às juntas de freguesia. Afirmou que essa situação hoje não acontece, portanto, quando se delibera o dinheiro chega às entidades. No próximo ano reforçar-se-á, até porque, entretanto, haverá oportunidade de debater o orçamento. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade:-----

--- Um. Atribuir um apoio financeiro no valor de cinco mil euros à Associação Popular de Alcanhões, à Associação Recreativa de Melhoramentos de Santos, ao Centro Cultural e Recreativo Arneirense e à Sociedade de Recreio e Educativa da Romeira, totalizando vinte mil euros, assegurando-se que é respeitado o disposto na alínea u) do número um do artigo trinta e três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, bem como todos os procedimentos legais para a assunção de novo compromisso;-----

--- Dois. Atribuir um apoio financeiro no valor de mil euros à Associação Recreativa e Cultural de Alcanede, assegurando-se que é respeitado o disposto na alínea u) do número um do artigo trinta e três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, bem como todos os procedimentos legais para a assunção de novo compromisso;-----

--- Três. Que o Departamento Técnico e Gestão Territorial, efetue uma visita/vistoria às instalações da sede de cada Associação Cultural, para avaliação e parecer técnico sobre as obras realizadas, bem como para recolha de documentação das mesmas (fotográfica e de projeto).-----

--- **APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES DURANTE OS ANOS LETIVOS DE DOIS MIL E DEZASSEIS/DOIS MIL E DEZASSETE E DOIS MIL E DEZASSETE/DOIS MIL E DEZOITO**-----

--- Foi presente a informação número cento e noventa e sete, de nove do corrente mês, da **Divisão Jurídica**, do seguinte teor:-----

--- “Para cumprimento do artigo noventa e oito do Código dos Contratos Públicos, junto remeto a V. Exa. minuta do contrato, referente à “Aquisição de refeições escolares durante os anos letivos de dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete e dois mil e dezassete/dois mil e dezoito”, adjudicado ao agrupamento composto por GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, Sociedade Anónima, ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, Sociedade Anónima e SOCIGESTE – Serviços,

Indústria e Comércio de Refeições, Limitada, devendo a mesma ser presente em reunião do Executivo Municipal para aprovação.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato a celebrar com o agrupamento composto por GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, Sociedade Anónima, ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, Sociedade Anónima e SOCIGESTE – Serviços, Indústria e Comércio de Refeições, Limitada, referente à “Aquisição de refeições escolares durante os anos letivos de dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete e dois mil e dezassete/dois mil e dezoito”.-----

--- Sob proposta do senhor Presidente, a câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente ata a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** recordou que a próxima reunião do executivo municipal se encontra marcada para o dia trinta e um de agosto, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe é conferida pelos números um e dois do artigo quarenta e nove, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, declarou aberto o **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO”** não se tendo verificado qualquer pedido de uso da palavra. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente, foi declarada encerrada a reunião eram dez horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Coordenadora Técnica a redigi e subscrevi. -----

--- **O PRESIDENTE** -----

--- Ricardo Gonçalves _____

--- **OS VEREADORES** -----

ATA N.º 18
Mandato 2013-2017
Reunião de 12 de agosto de 2016

--- António Carmo _____

--- Susana Pita Soares _____

--- Celso Braz _____

--- Luís Farinha _____

--- Otília Torres _____

--- Francisco Madeira Lopes _____

--- Inês Barroso _____

--- Filipe Madeira _____